



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
15.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [🍃 OS JOVENS ESTÃO CALADOS – O Popular](#)
- [🍃 DESAFIOS DA IA NAS ELEIÇÕES 2024 – O Popular](#)
- [🍃 INVESTIMENTO EXTERNO CAI, O QUE PREOCUPA – Folha de São Paulo](#)
- [🍃 A UNIVERSIDADE ASSASSINADA – Folha de São Paulo](#)
- [🍃 BOLSONARO EXPÔS EM VÍDEO A FORÇA DOS RESENTIDOS – Folha de São Paulo](#)
- [🍃 UM RETRATO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL – Folha de São Paulo](#)
- [🍃 EXCLUSÃO NA RUA DOS EXCLUÍDOS – Folha de São Paulo](#)
- [🍃 TEORIA DO JURISTA CANASTRÃO – Folha de São Paulo](#)
- [🍃 FRENTES GOLPISTAS CITAVAM FILHO DE GENERAL NA ABIN; CLUBE MILITAR SILENCIA – Folha de São Paulo](#)
- [🍃 DEMOCRACIA FERIDA – O Hoje](#)
- [🍃 ATO PRÓ-BOLSONARO TESTA PACIÊNCIA DO STF E INFLUÊNCIA DO EX-PRESIDENTE – O Hoje](#)
- [🍃 CONVOCAÇÃO DO MINISTRO – Correio Braziliense](#)
- [🍃 FLORESTA NO CAMINHO DA DESTRUIÇÃO IRREVERSÍVEL – Correio Braziliense](#)
- [🍃 QUO VADIS, BRASIL? \(VISTO, LIDO E OUVIDO\) – Correio Braziliense](#)
- [🍃 PGR RECORRE DE SUSPENSÃO DE MULTA DA ODEBRECHT – Valor Econômico](#)
- [🍃 JULGAMENTOS POR ARBITRAGEM RENDEM MAIS DE R\\$ 200 BILHÕES PARA A UNIÃO – Valor Econômico](#)
- [🍃 ANEEL VENCE DISPUTA E IMPEDE AUMENTO NA CONTA DE LUZ – Valor Econômico](#)
- [🍃 ACESSO À JUSTIÇA DO PEQUENO INVESTIDOR – Valor Econômico](#)
- [🍃 DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 15.02.2024 – PÁG. 03

Os jovens estão calados

Hamilton Carneiro

No dia 9 de setembro de 1956, no programa de TV Ed Sullivan Show, o jovem cantor Elvis Presley acionou a chave de uma mudança tão estridente nos costumes americanos, que a partir de suas reverberações o mundo nunca mais foi o mesmo. A audiência bateu um recorde histórico, chegando aos lares de mais de dois terços de uma população de 50 milhões de habitantes.

No dia seguinte à essa apresentação as lojas de discos de todo o país ficaram abarrotadas de jovens para comprarem o compacto duplo com as músicas Don't Be Cruel", "Love Me Tender", "Ready Teddy" e "Hound Dog", interpretadas no programa. Houve também uma corrida às lojas de eletro- eletrônicos para adquirir toca-discos portáteis que pudessem ser lavados para os quartos ou para lugares distantes dos pais que não aceitavam os filhos ouvirem o jovem que constrangeu as famílias com a sensualidade de sua coreografia.

O cantor do Mississippi já vinha de uma estreia no programa "Steve Allen Show". Tanto que para a sua aparição no Ed Sullivan já havia a determinação para que as câmeras só o focalizassem da cintura para cima. Ordem quebrada pelo próprio Elvis que, numa evolução incontida de jingas, driblou os enquadramentos combinados e seus movimentos vazaram para uma plateia enlouquecida.

Os jovens de quase todo o planeta se identificaram com Elvis. Os primeiros discos chegaram logo às emissoras de rádio. Já o primeiro filme, Love me tender, demorou para chegar às telas. E a partir dele foram mais 30 outras produções, entre 1956 e 1969. A rebeldia dos jovens ganhou formas numa visível expressão de inconformismo, especialmente com a guerra do Vietnã, onde rapazes ainda com rostos de meninos eram convocados para a sangrenta batalha e não voltavam mais. Ou regressavam mutilados. De 1959 a 1973, cerca de 3 milhões de pessoas perderam suas vidas em terras vietnamitas.

O compositor e intérprete italiano Gianni Morandi deu um grito de dor que foi ouvido em quase todo o mundo com a música C'era um Ragazzo che come me amava i Beatles e i Rolling Stones, com acordes de guitarra imitando rajadas de metralhadoras. Em 1969, outro movimento juntou meio milhão de pessoas na fazenda Bethel, no estado de Nova York: o Woodstock, que durou quatro dias com a apresentação de dezenas de bandas num ritmo alucinante de contestações marcadas por gestos pela liberdade, paz e amor. A guitarra de Jimi Hendrix, com seus sons distorcidos, levou a enorme multidão até mesmo à quebra dos limites de pudor, um insulto a sociedade conservadora.

Os nossos grandes intérpretes e compositores que, mesmo amordaçados pela Ditadura Militar, produziram memoráveis discursos musicais, velados ou ostensivos, passaram dos 80. Alguns continuam pulsando, mas a

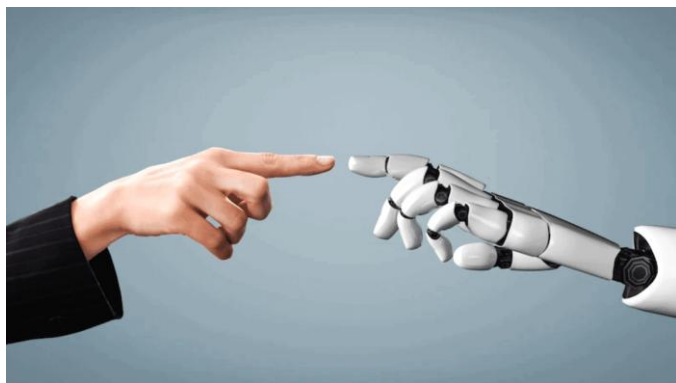


maioria me parece resignada. E não vejo hoje uma geração ativa para a reposição desses valores. Os jovens de agora estão muito calados. Por que?

A juventude de meio século atrás envelheceu e as gerações sucessoras parecem desencorajadas a contestações expressivas. Os patrocinadores das guerras continuam abatendo civis, bombardeando escolas, hospitais e massacrando crianças. E a juventude de agora não fala nada. Não canta nada.

Desafios da IA nas eleições 2024

Samuel Balduino



A democracia brasileira enfrentou, nas últimas eleições, desafios sem precedentes com a disseminação massiva de notícias fraudulentas, as fake news, durante o processo eleitoral. Impulsionadas por agendas políticas e interesses diversos, elas se tornaram ferramentas perigosas, minando a confiança pública e distorcendo o debate político. Além de desequilibrar a balança da informação, o fenômeno chegou a ameaçar a integridade do processo democrático.

Como presidente da Comissão Especial de Combate à Desinformação e Corrupção Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO), pude acompanhar de perto as questões cruciais sobre a necessidade urgente de regulamentação e combate a esse fenômeno. Porém, à medida que se aproxima as eleições municipais de 2024, um cenário ainda mais desafiador se desenha: a introdução da inteligência artificial (IA) no processo eleitoral.

A aplicação da IA nas eleições, embora promissora em diversos aspectos, traz consigo uma série de ameaças potenciais. Desde a disseminação de notícias falsas personalizadas até a manipulação de algoritmos para influenciar o comportamento do eleitorado. As ameaças à integridade das eleições são numerosas e o debate ético mal começou. A personalização de mensagens políticas por meio da análise de dados, muitas vezes coletados sem o conhecimento dos eleitores, destaca-se como uma preocupação significativa.

A tecnologia é capaz de, por exemplo, criar imagens e simular a voz de candidatos e inventar falas que jamais seriam ditas por eles, com o uso das deepfakes. A aparência realista pode fazer com que eleitores não sejam capazes de discernir entre o real e o artificial. Não por acaso a regulamentação do uso da IA nas eleições está na pauta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre os especialistas, há consenso de que a necessidade de regulamentação é urgente perante o risco do uso da ferramenta para manipular o pleito de 2024.

É necessário realmente um esforço colaborativo e multidisciplinar para garantir a manutenção do processo democrático e evitar potenciais abusos. O diálogo constante entre a sociedade, os políticos, o legislativo e o judiciário deve ser o caminho para esse enorme desafio. A implementação de medidas regulatórias

equilibradas, que preservem a integridade do processo democrático sem comprometer a liberdade de expressão, é essencial.

Os legisladores devem trabalhar em conjunto com especialistas em tecnologia, juristas e representantes da sociedade civil para elaborar leis e regulamentações que protejam o processo eleitoral. Além disso, o judiciário tem papel crucial ao interpretar e aplicar essas leis de maneira justa e eficaz, garantindo a equidade e a legitimidade das eleições. A jornada rumo a eleições mais justas e transparentes tem se tornado cada vez mais desafiadora, mas ela é fundamental para a construção de um futuro seguro e democrático para todos.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.02.2024 – PÁG. A2

Investimento externo cai, o que preocupa

Brasil, que recebeu 17% a menos em 2023, deve se posicionar para cenário global de recuperação; reforma tributária será passo importante

O Brasil atraiu US\$ 62 bilhões em investimentos estrangeiros diretos em 2023, 17% a menos que no ano anterior, segundo dados recém-divulgados. Seria prematuro concluir que o país se tornou menos atrativo, mas o sinal não deixa de ser preocupante diante de um quadro global ainda pouco favorável.



Segundo dados da Unctad, agência das Nações Unidas para comércio e desenvolvimento, os investimentos diretos —fusões, aquisições, novas instalações, reinvestimento de lucros e outras operações voltadas à atividade produtiva— entre países cresceram 3% no ano passado, para US\$ 1,37 trilhão. À primeira vista, o resultado parece positivo diante de tensões geopolíticas em alta e também dos riscos até agora não confirmados de recessão global. A abertura dos números, porém, mostra uma situação menos confortável.

Descontado o aumento em países europeus usados mais como intermediários de transações, como Holanda e Luxemburgo, o resultado é uma queda de 18%. Todas as principais regiões mostraram menos vigor, porém chama a atenção a piora relativa da União Europeia, com recuo de 23%, e de países em desenvolvimento, que atraíram 9% a menos. Mas nota-se no mundo maior foco em áreas que são objeto de intervenções governamentais motivadas pela busca de mais segurança nas cadeias de produção. Setores manufatureiros, como automóveis, maquinário, telecomunicações, eletrônica e química, tiveram aumento no número de projetos.

No setor manufatureiro, houve alta de 38% no valor de novas iniciativas anunciadas, ante queda de 45% e 8% nos setores primário e de serviços, respectivamente. Espera-se que em 2024 haja alguma elevação geral

nos fluxos, conforme avance a estabilização da inflação e os principais bancos centrais tenham espaço para redução de juros, o que pode viabilizar a abertura de um novo ciclo global de crescimento.

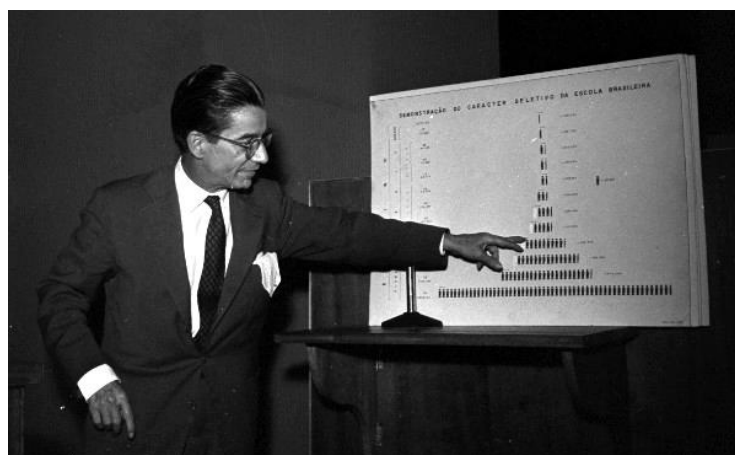
O redesenho das cadeias globais de produção e valor deve favorecer nações distantes de conflitos geopolíticos e que tenham densidade produtiva suficiente. A China atrai hoje menos aportes, ao passo que os Estados Unidos buscam um renascimento industrial. É nesse contexto que o Brasil precisa se firmar como destino atraente. Concluir a reforma dos impostos, que aproxima o país do padrão global de tributação de bens e serviços, é só o primeiro passo.

Atrair investimentos não apenas para servir o mercado interno, mas para se encaixar na geografia mundial da produção, é o meio mais eficaz de fazer avançar a produtividade e a renda.

A universidade assassinada

Não fosse por Alceu e Capanema, a UDF, fundada no Rio em 1934, estaria fazendo 90 anos

Ruy Castro



Grande ano para a educação no Brasil, 1934. Nasceram duas importantes universidades: a USP, de São Paulo, e a Universidade do Distrito Federal, do Rio. A primeira está fazendo 90 anos. A segunda não teve essa oportunidade.

A UDF, como era chamada, foi criada pelo educador Anísio Teixeira, com o apoio do prefeito Pedro Ernesto. Começou com cinco faculdades e reunia um corpo docente nunca visto no Brasil: entre outros, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Heloisa Alberto Torres, Alvaro Vieira Pinto, Gastão Cruels, Sergio Buarque de Hollanda,

José Oiticica, Lucio Costa, Cecília Meirelles, Candido Portinari, Arnaldo Estrela, Heitor Villa-Lobos e 12 franceses que Afranio Peixoto, seu reitor, foi buscar em Paris. Todos de notório saber, contratados sem concurso.

Ela era diferente e experimental. Não se propunha a formar "elites dirigentes", mas o contrário: a educação deveria ser de base. Começou com 500 alunos e uma enorme variedade de cursos opcionais em cada faculdade. As provas parciais, à base de interpretação e não de decoreba, permitiam a consulta a livros. E defendia o ensino laico —sem educação religiosa.

Por causa disso, a UDF sofreu a perseguição quase insana do líder católico Alceu Amoroso Lima, para quem todos ali, a começar pelo jovem Anísio, de formação jesuíta e admirador da educação americana, eram comunistas. Com o levante comunista frustrado de novembro de 1935, a UDF teve professores e alunos presos por até um ano. Isso deu pretexto ao ministro da Educação Gustavo Capanema —que temia o prestígio e a independência de Anísio— para afastá-lo e esvaziá-la. Em 1938, Capanema, incrivelmente,

nomeou Alceu como reitor, no que muitos professores se demitiram. Capanema então transferiu várias de suas faculdades para a Universidade do Brasil, sob seu domínio, e, em 1939, fechou de vez a UDF. Impossível calcular o que ela seria hoje.

Bolsonaro expôs em vídeo a força dos ressentidos

Imagens revelam mais do que a tentativa de abolição do Estado de Direito

Maria Hermínia Tavares

O vídeo recém-divulgado da reunião de Bolsonaro com seus ministros, em 22 de julho de 2022, revela mais do que a escancarada intenção de evitar a derrota eleitoral a qualquer custo, aí incluída a abolição do Estado de Direito. Ele desnuda também o sentimento mais entranhado do então presidente —o que lhe permite mobilizar uma parcela dos seus seguidores fiéis. O nome dessa marca de Caim é ressentimento.



Enquanto o encontro não começava para valer, o ex-capitão, com a sua costumeira fala trôpega, ia batendo na tecla da imaginária fraude eleitoral que seus adversários estariam preparando. Eis que, aos 9 minutos e 56 segundos da gravação, explode em autodesprezo e amargura pela maneira como foi tratado durante sua longa experiência de deputado federal. "Baixo clero" e "gozado" são os únicos epítetos a que recorre para descrever-se e que podem ser aqui reproduzidos sem ferir as recomendações do Manual da Redação desta Folha e a sensibilidade dos leitores. O resto é um amontoado de rancorosos palavrões.

Em romanceada biografia do líder fascista Benito Mussolini publicada na Itália em 2018 e dois anos depois no Brasil, sob o título "M, o Filho do Século", o escritor Antonio Scurati observa que o Duce foi o primeiro a perceber que podia fazer do rancor dos humilhados uma arma política.

Por sinal, a vasta literatura sobre populismo de direita destaca a importância da mobilização de ressentimentos na costura de laços afetivos entre líderes e seguidores. Colocar-se do lado dos que se sentem injustiçados e humilhados é recurso central do apelo antielites do chefe populista. Tais estudos, seja no contexto europeu, seja no norte-americano, associam esses sentimentos à experiência concreta de grupos sociais que a globalização fez perder renda, emprego e posição social. No que configura um exemplo irretocável de falsa consciência, os prejudicados atribuem a sua desdita ora aos imigrantes, ora às mulheres emancipadas, ora às elites intelectuais cosmopolitas —ora, nos Estados Unidos, aos negros.

Aqui os grupos mais sensíveis à retórica da vitimização não figuram entre os perdedores de renda ou de posição social. Talvez seu ressentimento se nutra da aspiração insatisfeita a um reconhecimento que imaginam lhes ser devido pelas elites educadas, pelos atores políticos, no meio universitário, no mundo da cultura e no território das religiões. De toda forma, a aptidão intuitiva de Bolsonaro para, ao falar apenas e

sempre de si, vocalizar o sentimento de muitos, é o que faz dele um político cuja força não pode ser subestimada.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.02.2024 – PÁG. A3

Um retrato da violência contra as mulheres no Brasil

'Não é não' é mensagem que ecoa, para todos nós, como um chamado à ação

Jaceguara Dantas da Silva



Não é exagero dizer que o Brasil está entre os países mais violentos do mundo. Diariamente, somos impactados por estatísticas com números alarmantes. Segundo o Estudo Global sobre Homicídios de 2023, divulgado pela ONU, o Brasil atingiu o ápice do ranking mundial de homicídios, considerando o volume total de casos. E, embora 81% das vítimas sejam homens, as mulheres representam 54% das mortes em contextos domésticos e 66% das vítimas de homicídios perpetrados por parceiros íntimos.

Não podemos ignorar os dados complementares do Atlas da Violência 2023, que, de acordo com estudo realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela um aumento de 4,72% na taxa de homicídios femininos em lares brasileiros entre 2011 e 2021. Nesse contexto, as mulheres negras enfrentam um risco 1,8 vez maior, dado que reflete a interseccionalidade de gênero e raça nas estatísticas de violência.

Não terminam aqui as estatísticas preocupantes: o 17º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2023, relata um recorde de 74.930 casos de estupros em 2022, destacando que mulheres são quase a totalidade das vítimas (99%), sendo que 56,8% são negras e, mais da metade, menores de 14 anos. A familiaridade entre vítimas e agressores é alarmante: 86,1% dos agressores são pessoas conhecidas das vítimas e 64,4% membros da própria família.

Não poderia ser pior? Infelizmente, a realidade pode ser ainda mais grave. Os dados mencionados referem-se exclusivamente aos casos oficialmente reportados aos órgãos competentes. Se levarmos em conta o número potencial de mulheres que sofrem assédio e violência e que não registram denúncias, seja por medo, coação ou falta de acesso aos meios de proteção, o cenário torna-se ainda mais assustador.

Não podemos deixar de citar, entretanto, que cresceu também o volume de diretrizes e ações de enfrentamento da violência contra as mulheres. No ano passado foram sancionadas: 1 - a lei 14.717/2023, que institui a pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade que ficaram órfãos em decorrência

do crime de feminicídio; 2 - a lei 14.713/2023, que proíbe a guarda compartilhada de crianças e adolescentes quando houver risco de violência doméstica ou familiar; 3 - a lei 14.682/2023, que cria o selo "empresa amiga da mulher", para celebrar empresas que adotem práticas para inclusão de profissionais mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; 4 - a lei 14.674/2023, que permite a concessão de auxílio-aluguel quando a mulher vítima de violência afastada do lar estiver em situação de vulnerabilidade social e econômica; 5 - o decreto 11.640/2023, que institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; e 6 - a lei 14.737/2023, que altera a Lei Orgânica da Saúde para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

Não para por aí. Em agosto, num avanço significativo na proteção das mulheres, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Por fim, a lei 14.786, sancionada no dia 28 de dezembro, introduziu o protocolo "Não é não", cujo objetivo é a prevenção do constrangimento e a erradicação da violência contra as mulheres em locais de entretenimento. O projeto, idealizado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS), prevê que os estabelecimentos assumam a responsabilidade de monitorar e intervir em potenciais situações de constrangimento e atos de violência.

Não é não. Uma mensagem que ecoa como um chamado à ação. Um lembrete de que todas as pessoas têm a responsabilidade e um papel fundamental na erradicação da violência de gênero e na construção de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva. Não estamos sós. Cada voz, cada ação importa. Não é não.

Exclusão na rua dos excluídos

CPI que mira padre Júlio Lancellotti expõe desdobramentos sociais perigosos

Celso Campilongo / Vidal Serrano Nunes Júnior

A recente tentativa de intimidação do padre Júlio Lancellotti veio sob o manto de Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo. Há problemas jurídicos importantes e desdobramentos sociais perigosos na iniciativa. O fato de vereadores terem retirado assinaturas do requerimento e, provavelmente, de a CPI nem vingar, não subtrai relevância à discussão.

O Legislativo goza de poderes de investigação equiparáveis àqueles judiciais. Instauração, processamento e conclusões de inquérito parlamentar submetem-se ao devido trâmite legal e respeito às garantias. É essa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Não foi o que se viu, até agora, no caso do intimorato padre. Não é papel de CPIs constranger os investigados. Apesar de nem terem citado o nome e o fato determinado relacionado ao religioso, entrevistas mostraram que era ele o alvo. CPIs podem investigar particulares. Mas, quando o faz, o respeito à pessoa deve ser redobrado. Além disso, o poder de investigação está circunscrito ao mister da





CLIPPING

DATA

15.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Casa legislativa que investiga. Nada disso foi observado. A natureza política de uma CPI não pode acobertar comportamentos arbitrários. Por isso, ela começa a se desfazer antes de instaurada.

Supostamente, a investigação recairia sobre organizações não governamentais que atuam na cracolândia. É sabido que muitas dessas entidades têm vínculos com a Igreja Católica. Doutrina e prática das paróquias de São Paulo dirigem atenção aos pobres e às pessoas em situação de rua. Há que se avaliar em que medida, a pretexto de compreender a real situação dos dependentes químicos da região central, a perseguição ao sacerdote não esbarra em ofensa à liberdade religiosa.

Antes da pandemia, a situação no centro já era dramática. Nos últimos dois anos, apesar dos esforços das autoridades, o estado de coisas se agravou. Poucos se engajam como a igreja e o padre Júlio no combate à violência e ao abandono a que ficaram relegadas essas populações. É paradoxal que aqueles que se alinham aos excluídos sejam vítimas de suas ações. Mereceriam apoio, não hostilidade dos políticos.

Processos de inclusão e exclusão social formam unidade de uma diferença. O ambiente em que realizam suas operações não controla, mas afeta resultados e desdobramentos desses processos. Em contextos marcados pela desigualdade e desconfiança, como ocorre nas ruas de São Paulo, para onde afluem pessoas com problemas familiares, econômicos e de saúde, a exclusão potencializa efeitos "virais". Não ter teto cria obstáculos à empregabilidade, à higiene pessoal e à convivência social: "exclusão viralizada".

Quem, como o padre Júlio Lancellotti, tenta romper círculos de desigualdade e desconfiança, é punido com repugnante exclusão por ousar percorrer a rua dos excluídos! Quando as iniciativas alcançam resultados positivos —"incluem"—, os efeitos não "viralizam" na mesma velocidade da exclusão. Estar incluído na escola ou no mercado de trabalho não significa —pelo acúmulo de desigualdades e temor às estruturas sociais coercitivas—, ter cidadania reconhecida.

Padre Júlio é perseguido por ver o que outros fingem não ver —ou, pior, nem sequer se dão conta de que não veem. As duas faculdades de direito que dirigimos ofereceram prêmios ao religioso e contribuições de seus alunos à ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) 976, que trata dos direitos da população em situação de rua, no STF.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.02.2024 – PÁG. A6

Teoria do jurista canastrão

De Machado de Assis para estudantes de direito

Conrado Hübner Mendes

Alunas e alunos de direito que voltam às aulas nesse pós-Carnaval, vou lhes dizer coisas importantes. Sentem-se e conversemos. Há infinitas carreiras jurídicas diante de vocês. Qualquer que seja a sua escolha, o meu desejo é que se façam grandes e ilustres, ou pelo menos notáveis, que se levantem acima da obscuridade comum. É de boa prática social acautelarem um ofício. Nenhum me parece mais cabido que o de jurista canastrão. Ser canastrão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um mentor, e acabo sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em vocês.

Ouçam-me bem, queridos, e entendam. São jovens, têm a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeitem, mas os moderem de modo que entrem no regime do aprumo e do compasso. Uma vez entrado na carreira, o canastrão da Justiça deve pôr todo o cuidado nas ideias. O melhor será não as ter absolutamente. Nada pior do que pensar, seriamente, na Justiça, essa senhora envergonhada com nosso indecoro.



Cultuem a vaidade magistocrática; lancem mão do valente recurso de se mesclarem aos pasmatórios, em que toda a poeira da solidão se dissipa. Podem empregar umas quantas figuras expressivas. Versos célebres, brocardos jurídicos, é de bom aviso trazê-los para os discursos de adulação. De resto, o mesmo ofício lhes irá ensinando essa arte difícil de pensar o pensado.

Não lhes falei ainda dos benefícios da promiscuidade. A promiscuidade é uma dona loureira, que devem praticar ao modo de mimos graúdos, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimento e a ambição. Organizem livros de homenagem a quem possa dar um agrado em contrapartida. Frequentem lançamentos nos tribunais de Brasília. Agitem festas no Lago Sul, convidem todos os ministros de tribunais superiores. Eles irão.

Cultivem amizade com jornalistas. Mas não revelem em público quem lhes remunera. Seus interesses privados devem ser embrulhados com o veludo de um conceito abstrato como democracia, república. Evitem sinais que induzam suspeita de conflito de interesse. O verdadeiro canastrão tem outra política. Longe de escrever um "Tratado da imparcialidade", cozinha a parcialidade em fogo baixo e a recompensa sob a forma de jantar a quem garantir honorários para si ou para a família.

É difícil, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E vocês triunfarão, creiam-me. Começa nesse dia a

sua fase de ornamento. Criem coletivos para o bem, associações pelo interesse público, núcleos de estudo. Nada disso precisa de conteúdo ou coerência, apenas a seriedade do nome. Tornem-se delicados tal como fios de algodão. Mostrem-se visceralmente ofendidos com eventual crítica. Só não se sujeitem a respondê-la. Desqualifiquem a pessoa do crítico, atirem-lhe alcunhas depreciativas, ameacem medida judicial à altura de sua reputação ofendida.

Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podem pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos. Ocupem a tribuna. Quanto à matéria dos discursos, escolham: ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefiram a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixonada, chama os apartes e as respostas. E não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendam nunca os limites de uma invejável vulgaridade.

Somente não devem empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, replicado por cronistas desabusados. Usem antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, redonda, franca, sem véus, que se mete pela cara dos outros, faz pular o sangue nas veias e arrebenhar de riso os suspensórios. Sigam o bloco de Carnaval carioca: Desliga da Justiça.

Frentes golpistas citavam filho de general na Abin; Clube Militar silencia

General Sérgio Carneiro teve filho implicado em fala de Heleno sobre infiltrar agentes em campanhas de 2022

César Feitoza

Conhecido pela velocidade em emitir posicionamentos e atuar como porta-voz dos oficiais da ativa, o Clube Militar decidiu adotar o silêncio diante de investigações sobre membros da caserna. A Polícia Federal apura a participação de integrantes das Forças Armadas em frente para um golpe de Estado para manter Jair Bolsonaro (PL) no poder e evitar a posse de Lula (PT) na Presidência.

Sob reserva, diretores do Clube Militar citam diferentes fatores como justificativa para se manterem silentes mesmo diante do que enxergam como arbitrariedades do STF (Supremo Tribunal Federal) contra oficiais do Exército. Os motivos para a postura vão desde as dúvidas que pairam sobre o impacto causado pelas mensagens do ex-ministro e general Walter Braga Netto contra os chefes militares até o parentesco do presidente do Clube Militar com um ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) citado nas investigações.

O general Sérgio Tavares Carneiro ocupa a presidência do Clube Militar. Ele é pai de Victor





CLIPPING

DATA

15.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Carneiro, que sucedeu Alexandre Ramagem na direção da Abin — e foi citado pelo ex-ministro e general Augusto Heleno em plano para infiltrar agentes do órgão nas campanhas de adversários de Bolsonaro na eleição de 2022. A fala de Heleno sobre Carneiro ocorreu em reunião de julho de 2022 com Bolsonaro e demais ministros, a três meses das eleições, em meio a um longo debate entre eles de cenários golpistas sobre a disputa presidencial. A gravação da reunião foi obtida pela Polícia Federal.

Sérgio se formou na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 1975, enfileirado com os colegas Hamilton Mourão e Gonçalves Dias. Heleno era um dos instrutores dos cadetes; ele e Sérgio mantiveram relação com o avanço da carreira, apesar de pertencerem a armas (funções) diferentes. "Eu já conversei ontem com o Victor [Carneiro], novo diretor-[adjunto] da Abin, e nós vamos montar um esquema para acompanhar o que os dois lados estão fazendo. O problema todo disso é que se vazar qualquer coisa [...], a gente se conhece nesse meio, se houver qualquer acusação de infiltração desses elementos da Abin [...]", disse Heleno durante a reunião.

Bolsonaro interrompeu Heleno e pediu que ele parasse de falar. "Ô, general, eu peço que o senhor não fale, por favor. Não prossiga mais na tua observação aqui. Eu peço que não prossiga na tua observação", afirmou, dizendo que eles conversariam em particular sobre "o que porventura a Abin está fazendo". Procurado, Sérgio Carneiro não respondeu às mensagens e desligou o telefone quando comunicado sobre o assunto da reportagem.

A Folha conversou com uma dezena de oficiais da reserva sócios do Clube Militar. Mesmo tendo críticas à operação da PF, a maioria decidiu não se manifestar sobre a investigação e seus impactos nas Forças Armadas. "Antes de falar ou tomar posição é preciso saber mais sobre o que aconteceu", disse o general Paulo Chagas. Outros pediram reserva para dizer que as sucessivas operações da Polícia Federal contra militares enfraquecem o Comando do Exército.

Uma nota falsa circulou nas redes sociais com a assinatura dos presidentes dos clubes na manhã de sexta-feira (9). O texto dizia que os militares não poderiam mais "tolerar a atuação ilegal e corrupta do Poder Judiciário" e que oficiais-generais que se "tornaram lacaios do crime devem compreender que não serão mais tolerados". O comunicado circulou em grupos de militares no WhatsApp e gerou reação entre diretores dos clubes. "Os presidentes do Clube Naval, do Clube Militar e do Clube da Aeronáutica reiteraram se tratar de uma FAKE NEWS", escreveram em nota oficial.

A manifestação mais crítica contra a operação foi dada pelo senador e general Hamilton Mourão (Republicanos-RS). No plenário do Senado, ele chegou a conclamar os comandantes das Forças Armadas a não se omitirem contra o que chamou de "condução arbitrária de processos ilegais" que atingem os militares. Depois da repercussão negativa da declaração, o general da reserva divulgou nota dizendo que não incitou os chefes militares a nenhuma ruptura institucional. "O senador é e sempre será legalista, guiando todas suas ações na vida pública sempre com respeito à Constituição e às leis", disse sua assessoria.

O Clube Militar é uma associação formada por oficiais da reserva responsável por administrar clubes recreativos para uso de militares e familiares. Segundo sua própria apresentação, ele ainda se propõe a ser um "fórum de discussões dos grandes temas nacionais, buscando soluções para os problemas brasileiros por meio de conferências, comissões, painéis, pareceres e campanhas". Como militares da ativa não podem se

pronunciar sobre temas político-partidários, o Clube Militar tenta ocupar o posto de porta-voz dos homens de farda nessas questões.

Quando o governo Lula (PT) proibiu manifestações das Forças Armadas em comemoração ao aniversário do golpe militar de 1964, por exemplo, coube ao Clube Militar em 2023 divulgar nota em memória da ditadura. Um almoço ainda foi oferecido aos associados "para que o 31 de Março de 1964 permaneça vivo na história", como dizia o comunicado.

Ocupar a presidência do Clube Militar significou, na história do Exército, prestígio político e institucional do general eleito para o cargo. Passaram pela cadeira generais como Hermes da Fonseca e Eurico Gaspar Dutra, entre outros. Generais ouvidos pela Folha contam que, há algumas gestões, o Comando do Exército tenta reduzir a relevância política do Clube Militar para a Força. Um sinal disso, dizem, é o fato de ter havido um rebaixamento da patente dos generais eleitos para a presidência da associação.

Em 2018, o general de exército (quatro estrelas) Hamilton Mourão presidia o Clube Militar. Depois dele, assumiu a função o general de divisão (três estrelas) Eduardo José Barbosa. Atual presidente, Sérgio foi para a reserva somente com duas estrelas sobre o ombro. O Clube Militar divulga trimestralmente uma revista, produzida internamente, com articulistas militares ou simpáticos à ideologia da caserna. Na última edição, as discussões promovidas tinham críticas ao STF e embates contra o comunismo em artigos escritos por Deltan Dallagnol, Rodrigo Constantino e generais como Luiz Eduardo Rocha Paiva e Maynard Santa Rosa.

"Não tem sido fácil visualizar otimismo onde campeiam injustiças, inversão de valores e malfeitos. Mas, sem luta não há vida", escreveu o general Sérgio Carneiro no texto de abertura da edição da revista. "Afronta-se, no Brasil, a credibilidade de instituições tisonadas por descabros de servidores públicos muito bem remunerados, que abusam da prepotência a serviço do proclamado Estado democrático de Direito", prosseguiu. "Felizmente, a Casa da República [alunha do Clube Militar] passa ao largo da tormenta."

JORNAL – O HOJE – 15.02.2024 – PÁG. 03

Democracia ferida

Márcio Coimbra

Vivemos em uma jovem democracia, estabelecida tal como conhecemos em 1985, com uma Constituição promulgada em 1988 e a primeira eleição presidencial pós-regime militar ocorrendo em 1989. Até lá nenhum pleito presidencial brasileiro havia contado com a participação de mais de 20% da população e desde então vivemos o mais longo período de estabilidade democrática de nossa história. Antes disso, somente dois líderes eleitos pelo voto popular para a Presidência completaram o mandato: Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek.





CLIPPING

DATA

15.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

14 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Porém, a democracia não vive um período de grande popularidade ao redor do mundo, algo que se debruça também sobre o Brasil. Atualmente apenas 62% dos brasileiros têm opinião positiva sobre a democracia liberal, segundo pesquisa AtlasIntel. A sondagem também aponta 20% de opinião positiva sobre o comunismo, 13% sobre ditadura militar e 4% sobre fascismo – todos regimes de exceção. Enquanto isso, o Latinobarômetro indica dados mais alarmantes, ou seja, que existe apenas 46% de apoio à democracia em nosso país.

O Brasil já passou por nove golpes de Estado desde nossa independência. Empilham-se outros fracassados, onde insere-se o mais recente descoberto pela Polícia Federal. Considerando que estamos na América Latina, um território propício para movimentos golpistas, a tentativa não soa como novidade. Entre 1907 e 1966 a região passou por 20 golpes de Estado. Da segunda metade do século XX até hoje foram 34. Nosso 31 de março de 1964 faz parte desta estatística.

Fato é que o desgaste da democracia ao redor do mundo chegou ao Brasil e nossas instituições indicam que carecem de confiança da população neste período delicado. Vejam estes dados. Apenas 11% dos brasileiros avaliam positivamente o trabalho do Senado e 8% da Câmara dos Deputados. A aprovação do STF caiu para 17% no final de 2023 e diante da falta de confiança no trabalho da imprensa, 41% dos brasileiros evitam o consumo de notícias e de conteúdo jornalístico – número que supera a média mundial, de 36%. Estamos diante de um barril de pólvora.

Estes dados mostram que a mais recente tentativa de golpe em nosso país deixou de se concretizar por incompetência dos atores envolvidos no enredo, porém, é importante lembrar, poderia encontrar respaldo popular diante da enorme falta de confiança da população nas instituições. Isto evidencia uma democracia fraca, altamente manipulável e capaz de pender diante de arroubos autoritários tanto para a direita, quanto para a esquerda. Em resumo, um sistema à espera de um oportunista.

Vivemos um período de enorme desgaste da democracia como sistema de organização política e econômica com uma população cansada de esperar por melhorias prometidas pela abertura. Neste vácuo, ressurgem a ilusão de retorno de nossos militares ao poder, os mesmos que entregaram um país destruído depois de duas décadas no comando do país. De um lado, o brasileiro precisa entender que a democracia é uma construção que precisa andar de mãos dadas com a economia de mercado, império da lei, responsabilidade e combate à corrupção. De outro, se nossa classe política e econômica, não entender seu papel, em breve pode se tornar vítima da própria ambição e tornar nosso país uma república refém de um populista.

JORNAL – O HOJE – 15.02.2024 – PÁG. 06

Ato pró-Bolsonaro testa paciênciado STF e influência do ex-presidente

Domingo (25) se aproxima e há expectativa sobre se manifestação vai ser boa ou péssima ao ex-presidente sob suspeita de ter planejado dar um golpe de Estado

Yago Sales

O tic-tac do relógio aproxima o domingo mais esperado do ano: o do dia 25, quando, espera-se, uma multidão deverá se reunir no entorno de um trio elétrico contratado pelo pastor Silas Malafaia com o ex-presidente Jair Bolsonaro em cima.

A ideia, como adianta o ex-presidente, que já entende que o Supremo Tribunal Federal (STF) não está para brincadeira, é fazer um ato pacífico, sem qualquer cartaz com frases de efeito contra qualquer personalidade: leia-se, sobretudo, Alexandre de Moraes, ministro que, com caneta de ouro, colocou milhares de bolsonaristas atrás das grades em circunstâncias diferentes.



Como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes não passou a mão na cabeça antes do 8 de janeiro, autorizando a prisão até de parlamentar. Deputado bolsonarista, bom frisar. No 8 de janeiro, não teve pena: foi o algoz de tudo e todos que, de alguma forma, estava ligado à quebradeira na Praça dos Três Poderes.

Depois, o Brasil soube do caso das joias e indícios de complô para golpe militar. Alvo de uma ofensiva da Polícia Federal dias atrás, vendo até generais do alto escalão do exército brasileiro sendo pegos de surpresa na calada da noite, Bolsonaro teme pela liberdade. Chamou o povo à rua. Ninguém tem dúvidas: ele vai conseguir aglutinar. Afinal, existe, ainda, o que é normal, uma aversão fora do comum à gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Proteger Bolsonaro dessa “perseguição” da esquerda, do Lula, do Dino - prestes a tomar posse no STF -, do STF e do Alexandre de Moraes, se tornou missão. Há ameaças, inclusive, caso Bolsonaro seja preso, de o País parar. Greve geral. Quebradeira. Embora o Brasil tenha visto que baderna não tenha surtido qualquer chamisco na democracia, mesmo com vidros e móveis históricos destruídos por apoiadores de Bolsonaro, ainda paira esse clima.

Pelo menos virtualmente. Desta vez, contudo, a Polícia Federal, sob Lula, mais treinada, mais capacitada, já deve monitorar os passos de todo aquele que ainda espera que o País se entregue à balbúrdia de um cronograma golpista.

O ato foi marcado para domingo. Bolsonaro quer todo mundo vestindo verde e amarelo. Qualquer bolsonarista que se preze, claro, tem uma camiseta da Seleção Brasileira. Afinal, a indumentária se tornou

uniforme dos apoiadores do ex-presidente. Nada de vermelho. A calça legue, a bermuda, e tênis? Azul, verde, amarelo, branco.

Em ano eleitoral, quando brasileiros e brasileiras vão às urnas para escolher prefeitos e vereadores, um isolamento de Bolsonaro e eventual prisão não devem demonstrar, de fato, como anda a influência dele nos municípios. Ele não vai conseguir estar em todos os cantos. Mas terá porta-vozes. Em Goiás, por exemplo, não falta quem ecoe o bolsonarismo. O mais famoso tem até mandato e deve tentar alguma prefeitura, até mesmo a capital: Gustavo Gayer, que é deputado federal.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 15.02.2024 – PÁG. POLÍTICA

Convocação do ministro

O presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara, deputado Ubiratan Sanderson (PL-RS), afirmou que convocará o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para explicar no Congresso a fuga de dois presos da Penitenciária Federal de Mossoró, unidade de segurança máxima no Rio Grande do Norte.

“Vamos cobrar todas as informações a respeito e a imediata apuração sobre as gravíssimas fugas. O novo ministro da Justiça será convocado”, disse Sanderson.

A convocação de Lewandowski para dar explicações depende, contudo, da instalação do colegiado na Câmara, o que costuma ocorrer somente em março de cada ano e pode atrasar, em meio a disputas entre os partidos.



Essa é a primeira fuga registrada em presídios federais do país e ocorre logo após a posse de Lewandowski no Ministério da Justiça. O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) assumiu a pasta no último dia 1º. Ele substituiu Flávio Dino, que foi indicado para uma vaga na Corte.

Em 2023, primeiro ano do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dino protagonizou embates com bolsonaristas no Congresso, durante audiências nas comissões.

De perfil mais discreto, Lewandowski se reuniu, na semana passada, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O deputado alagoano chegou a anular, em 2023, a convocação do ministro da Casa Civil, Rui Costa, pela já encerrada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST.

Quando um ministro de Estado é convocado por comissão do Congresso, o comparecimento é obrigatório. Mas é comum que os deputados façam acordos para que os requerimentos de convocação sejam transformados em convite.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 15.02.2024 – PÁG. BRASIL

Floresta no caminho da destruição irreversível

Quase metade da Floresta Amazônica pode estar exposta a fatores de degradação que levariam ao chamado ponto de não retorno até 2050. É o que mostra um estudo publicado na revista científica Nature, ontem. Ao atingir essa marca, segundo os pesquisadores, a Amazônia passaria por transformações significativas, com implicações para a biodiversidade e alteração na disponibilidade de recursos.

O levantamento mapeou quais são os principais fatores de estresse e como os diferentes tipos de degradação ao bioma interagem entre si. Com base nesses dados, o estudo feito por Bernardo Flores e Marina Hirota, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estima que entre 10% e 47% da Floresta Amazônica estarão expostos a ameaças graves nos próximos 26 anos. Com base em revisões de artigos e modelagens estatísticas, os principais fatores de estresse na Amazônia são o aumento na temperatura média global acima de 1,5°C; o volume de chuvas abaixo de 1.800mm; a duração da estação seca superior a cinco meses; e o desmatamento superior a 10% da cobertura original da floresta, somada à falta de restauração de, pelo menos, 5% do bioma.



Os cientistas afirmam que, nas últimas décadas, a Amazônia começou a enfrentar uma “pressão sem precedentes”, resultado de alterações climáticas e de uso do solo. Essas ações enfraquecem os mecanismos que garantem a chamada “resiliência” da floresta. Entre as possíveis consequências, está a aceleração do aquecimento global. “O ponto de não retorno é isso: um ponto a partir do qual o sistema se retroalimenta numa aceleração de perda de florestas, e perdemos o controle”, explicou Flores, em declaração divulgada pelo Instituto Serrapilheira, que financiou o estudo.

A pesquisa contou com colaboradores do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. “Estamos nos aproximando de todos os limiares. No ritmo em que estamos, todos serão alcançados neste século. E a interação entre todos eles pode fazer com que aconteça antes do esperado”, reforça Flores.

Resiliência

Segundo os autores do estudo, para preservar a resiliência da floresta é necessária uma abordagem combinada. Eles ressaltaram que isso inclui esforços locais para deter o desmatamento e promover a restauração da cobertura vegetal, além de iniciativas globais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

O estudo destaca três tipos principais de trajetórias, as quais incluem regiões de florestas degradadas, savanas de areia branca e áreas não florestais degradadas — o que aumenta o risco de incêndios. “Em alguns casos, a floresta pode se recuperar, mas permanece presa em estado degradado, dominada por plantas oportunistas, como cipós ou bambus. Em outros casos, a floresta não se recupera mais e persiste presa em

estado de vegetação aberta e com incêndios recorrentes”, explica Flores. Os cientistas acreditam na combinação de esforços locais, para acabar com o desmatamento e expandir a restauração da mata, e esforços globais, para parar a emissão de gases de efeito estufa e, assim, mitigar os impactos das mudanças climáticas.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 15.02.2024 – PÁG. OPINIÃO

Quo vadis, Brasil? (Visto, lido e ouvido)

Circe Cunha



Desde sempre, sabe-se que as companhias, com as quais o indivíduo anda e se relaciona, de certa forma, definem quem ele é e quais os seus propósitos. Essa é uma sentença que pode valer tanto para pessoas quanto para países.

a democracia, vemos que nosso país não vai em boa companhia.

No caso do Brasil, tendo como base a composição de nações que integram o Brics — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, as características internas de cada país — membro, sobretudo no que diz respeito à importância que cada uma dedica a fatores como

Mesmo agora, com a adesão de novos países ao bloco, como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Etiópia e Irã, o que se observa, deixando de lado os pretensos ganhos econômicos que isso possa representar internamente, há de se refletir muito sobre a qualidade dessas companhias, a maioria representada por ditaduras primitivas, que desprezam coisas como direitos humanos e outros valores caros ao Ocidente.

Pensar que os indivíduos podem ser um em casa e outro, na rua, seria desacreditar que a sentença antiga que diz que “costume de casa se leva à praça” está errada. A não ser que o Brasil se encaminhe também para ser uma ditadura, como muitos apontam, cedo ou tarde, o caráter interno desses Estados integrantes do Brics, dominará também todo o bloco, fazendo desse conjunto, não apenas um clube de vantagens econômicas, mas um aglomerado de países dispostos e orientados estrategicamente para enfrentar o Ocidente, sua cultura e valores, inclusive com o uso de uma força conjunta.

Não seria surpresa se, por detrás de todos os arranjos econômicos e comerciais dos Brics, estariam também esforços para a constituição de uma organização nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Que resultados esperar, do ponto de vista do desenvolvimento humano, baseado na qualidade de vida e na segurança das populações de cada país-membro, quando se observa que muitos deles não respeitam e até oprimem quaisquer manifestações internas de seus cidadãos, por maior representatividade que possam ter.

Quem se dedicar a um estudo mais aprofundado de cada país-membro dos Brics, com seus novos componentes, verá que a maioria deles consta no rol das organizações internacionais que lutam em defesa da democracia e dos direitos humanos. O Brasil está perfilado ao lado de ditaduras ferrenhas, compondo um bloco, que a despeito de suas ideias econômicas, não são bem-vistas pela maioria dos países do Ocidente. Que estratégia seria essa de se colocar um país fincado no Ocidente, contra os ideais do próprio Ocidente?

De certo, esses estrategistas do Exército Branco não entenderam ainda que geografia é destino. Aliar-se a países que não escondem suas teses antiamericanas, no caso específico do Brasil, só pode render dissabores dos mais perigosos. O pior é que a população pagará por essas sandices geopolíticas. Que cooperações e parcerias, do tipo políticas, esperar de ditaduras? Um sinal sintomático e até de mau agouro sobre o futuro do Brics, foi dado por ninguém menos do que o ditador e candidato a uma vaga no bloco, Nicolás Maduro, da Venezuela. Disse ele, com todas as letras: “Apostamos no Brics como parte de um novo mundo, de um novo equilíbrio, como parte do conceito geopolítico bolivariano de um mundo de equilíbrio, um mundo de iguais.”

Que mundo seria esse? Uma observação atenta sobre o que acontece hoje na Venezuela seria um pesadelo transplantar toda aquela miséria e opressão para outros países. Quo vadis, Brasil (aonde vais)?

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 15.02.2024 – PÁG. A6

PGR recorre de suspensão de multa da Odebrecht

Acordo de leniência fechado previa o pagamento de R\$ 8,5 bilhões em 23 anos

Por Isadora Peron, Valor — Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou, nessa quarta-feira 14, um recurso contra a decisão do ministro **Dias Toffoli**, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o pagamento da multa imposta à **Odebrecht** (atual Novonor) no **acordo de leniência** fechado em 2016 no âmbito da **Operação Lava-Jato**.

A peça é assinada pelo procurador-geral da República, **Paulo Gonet**, que na semana passada apresentou um [agravo a outra decisão de Toffoli, que beneficiou o grupo J&F](#). No recurso, Gonet pediu para que o ministro reveja a sua decisão ou leve o caso para ser discutido no plenário da Corte, formado pelos 11 ministros.



Ele argumentou que esse é o melhor caminho dada à “similitude das questões em debate” com o objeto de uma outra ação, relatada pelo ministro André Mendonça, que pede a suspensão de todos os acordos de leniência fechados pela Lava-Jato. Além disso, Gonet apontou para a “relevância singular do tema”.



CLIPPING

DATA

15.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Na peça, Gonet fez um alerta para o efeito cascata que a medida pode ter. “A decisão, pelo seu efeito de espelhamento futuro, e tendo em vista os tantos acordos de leniência e de colaboração já celebrados e homologados, é apta para afetar previsões orçamentárias de órgãos do Poder Público e a sua capacidade financeira de concluir metas de ação”, escreveu.

Segundo o PGR, o órgão registra a homologação de 50 acordos de leniência, que ultrapassam R\$ 24,7 bilhões. Desses acordos, 27 foram celebrados pela força-tarefa Lava Jato.

Ao tomar a decisão que beneficiou a Odebrecht, Toffoli afirmou que a suspensão do pagamento deveria acontecer porque a defesa precisaria de tempo para analisar o material revelado pela **Operação Spoofing**. A operação da Polícia Federal (PF), deflagrada em 2019, trouxe à tona mensagens hackeadas dos celulares dos procuradores responsáveis pela Lava-Jato e o então juiz **Sergio Moro**, hoje senador do Paraná pelo União Brasil.

Para o ministro, as conversas indicam um possível “conluio” entre o órgão acusador e o juízo, e a medida era necessária diante da dúvida de que as empresas possam ter sido coagidas a fechar os acordos.

Gonet, no entanto, destacou que a empreiteira já tem acesso a esses dados da Operação Spoofing desde o ano passado. Ele também apontou que a antiga Odebrecht fechou o acordo com o Ministério Público Federal de Curitiba e, portanto, deveria ter recorrido na primeira instância, e não no Supremo. “Trazer a questão ao STF desde logo é prematuro e descabido”, escreveu.

Gonet rebateu os argumentos apresentados pela empreiteira para suspender os pagamentos previstos no acordo, e afirmou que é óbvio que, ao decidir fechar um acordo de leniência, a empresa “estará sempre numa posição de pressão”. “Seria ingênuo supor que alguma grande empresa se apresentaria ao Ministério Público Federal para fechar um acordo de leniência se não percebesse a probabilidade de sofrer danos intensos aos seus interesses se optasse por não colaborar. A empresa sabe dos ilícitos que ela e os seus dirigentes cometeram e sabe das medidas sancionatórias que tanto a empresa como os seus dirigentes estão sujeitos. Para amenizar esses danos, abre-se-lhes a possibilidade do acordo.”

O acordo de leniência fechado pela antiga Odebrecht com a Lava-Jato previa o pagamento de R\$ 8,5 bilhões em 23 anos. Já a parcela indenizatória devida à União seria de R\$ 2,7 bilhões.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 15.02.2024 – PÁG. E1

Julgamentos por arbitragem rendem mais de R\$ 200 bilhões para a União

Desde o ano de 2006, AGU representou interesses do Poder Executivo em 36 processos

Marcela Villar

A resolução de conflitos por arbitragem rendeu R\$ 222,5 bilhões para a União, entre ganhos e perdas evitadas, segundo levantamento da Advocacia-Geral da União (AGU). Ao todo, o órgão, que representa o governo e agências reguladoras nesses casos, só perdeu um dos 36 processos desde 2006, quando a administração pública passou a adotar o procedimento alternativo ao Judiciário para a resolução de disputas. Metade ainda está em curso ou suspenso. A maioria (16) envolve o setor de petróleo.

Em uma decisão recente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) venceu uma disputa contra a Transnorte Energia S.A. (TNE), concessionária da Alupar e Eletronorte, sobre o contrato para construção do Linhão de Tucuruí, que vai interligar Roraima no Sistema Interligado Nacional (SIN). O tribunal arbitral afastou um aumento de R\$ 13 bilhões no valor a ser pago à empresa, o que poderia causar um aumento na conta de luz de milhões de brasileiros. Essa foi a primeira arbitragem da qual a Aneel foi parte. Um dos motivos é que o uso desse instrumento fora da esfera privada ainda era incerto naquela época. Muitos juristas entendiam que o setor público não poderia participar. A dúvida, porém, foi sanada no fim de 2001, após o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que validou mecanismos da Lei da Arbitragem (nº 9.307/1996).

"Apesar de estar presente na legislação desde o Império, a arbitragem era impraticável até 1996, porque tinha uma série de travas", afirma o advogado e árbitro Fernando Marcondes, sócio do MAMG Advogados. Um dos empecilhos era a necessidade de dupla homologação do laudo arbitral pelo Judiciário, o que dificultava a execução de uma sentença. "A partir da decisão do Supremo, o mercado começou a aderir em massa, mas ainda pairavam dúvidas a respeito da arbitrariedade do direito público, que, depois de 2015, não existem mais", acrescenta Marcondes.

Em 2015, houve a reforma da legislação de 1996, que passou a permitir expressamente a arbitragem no direito público, impulsionando o uso pelo governo. Além do aspecto legal, o contexto econômico favoreceu: havia uma maior demanda do mercado, maior uso de concessões no Brasil e bancos de financiamento passaram a exigir nos contratos de investimento cláusulas que permitissem a solução de conflitos por essa via.

"Essa cultura começou no setor de petróleo, mas depois se espalhou para outros setores, não só por demanda, mas por estratégia do poder público de querer uma celeridade maior na decisão da controvérsia e dar mais segurança para investimento", afirma o Procurador-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac),





CLIPPING

DATA
15.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
22 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Gustavo Albuquerque, que atuou na remodelagem de alguns contratos públicos. “Hoje, todos os contratos têm cláusula arbitral. A exceção é não ter”.

Para o advogado André Abbud, sócio do BMA Advogados e presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), o procedimento arbitral é um caminho mais curto para resolver determinadas disputas. “Um processo complexo pode durar de 10 a 20 anos na Justiça, enquanto a duração média de uma arbitragem é de 18 a 19 meses”, afirma. Outro aspecto positivo é as discussões serem mais técnicas, o que aumenta a chance de uma decisão correta, acrescenta.

O setor petrolífero se destaca porque foi um dos primeiros a regulamentar o uso (Lei nº 9.478/1997) - inseriu a arbitragem como “cláusula essencial” nos contratos de concessão. Não à toa foi o primeiro caso do governo em um procedimento dessa natureza. Em 2006, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) estreou contra a Newfield, empresa de engenharia de óleo e gás, para discutir a rescisão do contrato de exploração da Bacia do Espírito Santo.

Hoje, todos os contratos têm cláusula arbitral. A exceção é não ter” — Gustavo Albuquerque

A empresa disse não ter conseguido licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A Corte Internacional de Arbitragem (CCI), que terminou de julgar o caso em 2008, entendeu que o contrato deveria ser extinto “por motivo de força maior, sem culpa de qualquer das partes”. Determinou apenas que a ANP pagasse o valor das custas processuais: US\$ 240 mil, o equivalente a cerca de R\$ 1 milhão (processo nº 14593). Após as agências reguladoras, foi a vez da União ser parte em um processo, em 2017, contra o Grupo Libra. A empresa alegava que a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) devia indenização pela área arrendada no Porto de Santos.

Em 2019, a Câmara do Comércio Brasil-Canadá disse que “não houve qualquer descumprimento do contrato por parte da Codesp” e “não se caracterizou o desequilíbrio econômico-financeiro do arrendamento”. A União evitou desembolsar R\$ 10 bilhões e o Grupo Libra foi condenado a pagar R\$ 3,5 bilhões à Codesp, por valores não quitados, além de descumprimento de obrigações (processo nº 78/2016/SEC7).

Mesmo com a decisão do STF do ano de 2001, o andamento de alguns processos ficou emperrado por falta de lei específica sobre o uso da arbitragem no setor. Isso foi visto no litígio com a termelétrica Proteus Power Brasil, iniciado em 2003, na Câmara FGV de Mediação e Arbitragem. A ação ficou cerca de 15 anos suspensa pela Justiça. A Proteus pediu indenização por supostos prejuízos causados pela rescisão de um contrato firmado em 2001.

A empresa deveria fornecer energia através de uma usina flutuante no Complexo de Pecém (CE), mas o terminal portuário estava em obras. Por isso, alegou que a União não deu condições ao funcionamento da usina. O tribunal, no entanto, entendeu que cabia à Proteus obter as autorizações e licenças. Os árbitros condenaram a usina a pagar R\$ 190 milhões - valor atualizado de R\$ 900 milhões (processo nº 01/2003).

No caso de maior montante envolvido o governo evitou condenação de R\$ 166 bilhões. Acionistas minoritários da Petrobras pediam a responsabilidade da União pelos prejuízos causados à estatal após a Operação Lava-Jato. A AGU conseguiu ser excluída da arbitragem por decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que entendeu que o caso, de natureza extracontratual, não pode ser decidido nessa esfera. A

única derrota foi da ANP contra a Petra Energia S.A. Em sentença parcial, a CCI reconheceu o pedido de indenização da empresa por não ter conseguido cumprir com o contrato de exploração dos blocos de São Francisco (processo nº 25891).

As instâncias da administração pública que atuam nessas arbitragens são a Equipe Nacional de Arbitragens (Enarb), formada por 12 pessoas e vinculada à Procuradoria Geral Federal, e o Núcleo Especializado em Arbitragem (NEA), da Consultoria Geral da União (CGU), órgão da AGU. Enquanto o NEA, criado em 2018, assessora os órgãos de administração direta da União, a Enarb atua em casos de autarquias e fundações públicas federais.

Aneel vence disputa e impede aumento na conta de luz

Decisão arbitral impede a cobrança de R\$ 13 bilhões do governo

Marcela Villar

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) venceu, recentemente, uma disputa arbitral contra a Transnorte Energia S.A. (TNE), concessionária da Alupar e Eletronorte, que impede a cobrança de R\$ 13 bilhões do governo. O montante poderia ser repassado aos consumidores, o que causaria um aumento na conta de luz de milhões de brasileiros. A sentença final foi obtida com exclusividade pelo Valor.

O processo, que foi a primeira arbitragem em que a Aneel foi parte, discute o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato para a construção do Linhão de Tucuruí. O projeto é estratégico para o governo, pois vai interligar Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Roraima é o único Estado do Brasil ainda fora dessa rede, o que gera instabilidade e encarece o preço da energia elétrica no Estado. A Aneel foi representada pela Equipe Nacional de Arbitragens (Enarb), da Advocacia-Geral da União (AGU).



A disputa se arrasta há anos. A TNE venceu o leilão para construir a linha em 2011, assinou o contrato de concessão em 2012 e a linha estaria em operação em 2015. Mas a empresa enfrentou uma série de percalços para obter o licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), já que parte dos 721 quilômetros da linha passa pela Floresta Amazônica e pela reserva indígena Waimiri Atroari.

Essa licença só foi emitida em 2021. Antes, o processo ambiental chegou a ser suspenso por uma liminar obtida pelo Ministério Público Federal (processo nº 18408-23.2013.4.01.3200). Isso atrasou o início da obra e a empresa pediu a rescisão do contrato. Alegou que “o atraso no cronograma de implantação do empreendimento, somado à superveniência de fatos inevitáveis e alheios à vontade do empreendedor, geraram o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, cuja execução restou inviabilizada”.



CLIPPING

DATA

15.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Como não houve retorno do Ministério de Minas e Energia (MME) naquele momento, a TNE levou o caso à Justiça, que permitiu o rompimento contratual (processo nº 1012027-22.2017.4.01.3400). Em maio de 2022, a concessionária decidiu levar a discussão para a arbitragem, o que tinha como uma das condições extinguir o processo judicial. Seriam rediscutidos os valores do contrato. Segundo uma fonte que acompanhou o litígio, a construção é de alta complexidade técnica, social e ambiental. Canteiros de obra, por exemplo, não são permitidos no território indígena, o que acaba reduzindo a produtividade. O cronograma deveria ser diferenciado.

Esse é um dos motivos pelos quais a empresa diz não ser capaz de garantir o valor previsto na proposta vencedora da licitação. Alega que o Ibama e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas impuseram condições não previstas no edital, o que elevou os custos de R\$ 18 milhões para R\$ 262 milhões - uma indenização aos povos originários. A União teria acordado em arcar com R\$ 88 milhões.

Para a concessionária, a Receita Anual Permitida (RAP) oferecida pela Aneel, de R\$ 329 milhões corrigidos pelo IPCA, é “desarrazoada”, “ilegal”, “abusiva” e “não reflete as atuais condições de mercado”. A concessionária pediu RAP de R\$ 395,6 milhões, corrigido pelo IPA-DI, o que elevaria o contrato ao montante de R\$ 501,9 milhões. Multiplicado pelos anos de vigência da operação, o custo adicional seria de R\$ 13 bilhões.

A Câmara de Comércio Internacional (CCI), que julgou o caso, deu razão à Aneel. Definiu a correção pelo IPCA, pois era o que estava previsto no contrato, e o teto do RAP em R\$ 395,6 milhões, conforme o solicitado na esfera administrativa pela empresa (processo nº 27016). De acordo com o consultor federal de Regulação Econômica da Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica da AGU, José Flávio Bianchi, apesar de parcial, a sentença já serve como título executivo. “É um mecanismo permitido desde 2015, com a atualização da lei da arbitragem”, diz. “Muitos tribunais entendem que não precisa da produção de provas sobre questões que já foram levadas maduras para decisão”, afirma.

A sentença final do processo arbitral será dada em setembro. Enquanto a linha não é construída, a energia em Roraima tem um custo anual de R\$ 1,5 bilhão para os cofres públicos, de acordo com o que o MME informou, em nota, ao Valor. Hoje, o Estado depende, majoritariamente, de termelétricas movidas a combustível fóssil - o que além de ser mais caro, é mais poluente.

O MME ainda disse que a arbitragem “foi uma decisão do governo anterior” e que as primeiras torres da linha de transmissão foram instaladas em 2023. A previsão de entrega da obra é setembro de 2025. A Aneel, o MPF, o Ibama, a Funai, a Alupar e a TNE foram procurados, mas não responderam até o fechamento desta edição. A Eletrobras, controladora da Eletronorte, não quis comentar.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 15.02.2024 – PÁG. E2

Acesso à Justiça do pequeno investidor

Um mercado sem proteção para pequenos investidores é o que se chama de “mercado de tubarões”

Helena Refosco e Carlos Portugal Gouvêa



Sucessivos escândalos no mercado acionário brasileiro provocam a reflexão sobre a adequada proteção ao investidor no Brasil. Isso importa por muitas razões, e aqui vamos destacar quatro que consideramos essenciais. Primeiro, um mercado de capitais com a devida proteção torna-se mais atrativo para os investimentos, tanto de pequenos investidores brasileiros como de grandes investidores estrangeiros. Segundo, um mercado de capitais líquido compete com o mercado de crédito, oferecendo alternativa de

financiamento às companhias, reduzindo os juros. Terceiro, um mercado acionário maior amplia a competição, pois companhias inovadoras têm mais condições de obter financiamento para investimentos em tecnologia. Quarto, a proteção ao minoritário gera um mercado mais justo, no qual os investimentos que trazem maior retorno financeiro também são acessíveis para pessoas com menor renda e patrimônio.

Um mercado sem proteção para pequenos investidores é o que se chama de “mercado de tubarões”. Apenas grandes investidores que podem negociar com os controladores sob a ameaça de vender toda a sua posição têm alguma forma de defesa e, mesmo assim, muito pior do que se tivessem uma proteção jurídica adequada.

Segundo o relatório “Private Enforcement of Shareholder Rights: A Comparison of Selected Jurisdictions and Policy Alternatives for Brazil” da OCDE, de 2020, os direitos dos investidores brasileiros não são adequadamente protegidos e tal situação precisa mudar para permitir o florescimento de nosso mercado acionário. Respondendo a essa exortação, o Poder Executivo brasileiro enviou ao Congresso o Projeto de Lei nº 2.595/2023, que pode, ou não, ampliar a proteção ao investidor, assim como democratizar o mercado de capitais brasileiro.

O projeto propõe que sentenças coletivas tragam os parâmetros para as reparações individuais, o que parece positivo. Contudo, a execução do título coletivo, que é o grande gargalo no Brasil, permanece atrelada a um paradigma individualizado. Faz sentido manter a previsão de sentença genérica, que já consta do Código de Defesa do Consumidor e há décadas é criticada pela inefetividade? Dada a existência de plataformas tecnológicas para solução e liquidação de disputas, não caberia ao projeto prevê-las? Consideramos especialmente problemática, sob a ótica do acesso à Justiça, a disposição do PL no sentido de que “[n]a hipótese de a condenação ser ilíquida, sua liquidação e execução serão promovidas individualmente pelos investidores prejudicados.” Este é o momento de inovar, por imperativos de acesso à Justiça, e tratar na lei de ações de classe (class actions) e de um sistema de descobrimento (discovery) de provas essenciais.

As chamadas ações de classe apresentam vantagens processuais significativas em comparação com as ações coletivas previstas no PL e aquelas já existentes na legislação brasileira. Destacamos, primeiro, a ausência de

restrições quanto à legitimidade para a propositura das ações, bem como de requisitos patrimoniais mínimos. O relatório da OCDE aponta que a extinção desses requisitos alinharia a legislação brasileira com a maioria das jurisdições pesquisadas. Alguns opositores de tal ideia poderiam dizer que então surgiriam milhares de ações oportunistas, o que só causaria despesas para a companhia. Isso não é verdade nos países que adotam tal regime, pois existe um controle prévio de mérito pelo Judiciário.

Segundo o próprio relatório da OCDE, alguns países como a Alemanha e Israel, que representam os maiores mercados de startups da Europa e da Ásia, respectivamente, adotaram um procedimento cautelar para avaliar se a ação é prima facie meritória. Uma vez reconhecido o mérito, o próprio sistema das ações de classe determina qual tribunal terá prioridade e onde as demais ações serão consolidadas. Ou seja, em comparação com alternativas de litígio individual, o regime das ações de classe reduz custos de defesa pela companhia.

A segunda vantagem do regime de ações de classe (class actions) é que a execução de tais ações também é feita de forma coletiva. Ou seja, a companhia não se beneficia do absenteísmo de alguns acionistas. O cálculo do dano é feito automaticamente com relação a toda a classe de acionistas e depois distribuído para aqueles que demandarem sua parte. Os valores restantes são usualmente doados para organizações que buscam combater tais condutas danosas aos mercados de capitais, mas, no caso brasileiro, acreditamos que tais valores deveriam ser transferidos para a CVM, que é claramente subfinanciada.

Seria muito relevante dotar a parte autora de ferramentas mais potentes de produção probatória antes do ingresso na ação. Nos Estados Unidos, o sistema de descoberta de provas (discovery) é componente essencial e indissociável do sucesso das class actions. Por tal mecanismo, a parte autora poderia demandar que a companhia e os controladores disponibilizassem o acesso, de forma controlada pelos tribunais, de contratos, e-mails e comunicações diversas relacionadas com as práticas objeto da ação. Sem a proteção efetiva dos direitos dos investidores, não temos um verdadeiro mercado de capitais, mas apenas a sua sombra. Uma penumbra que sustenta companhias em um estado de quase dormência, mas que não dá condições de financiar nossas empresas para competirem no mercado internacional.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA– SEBIB

Dia 15 de Fevereiro - Dia internacional de luta contra o câncer infantil

O Dia Internacional de Luta contra o Câncer Infantil, lembrado em todo o mundo neste dia 15 de fevereiro, deixa um alerta sobre sinais e sintomas da doença. A data, criada em 2002, pela Childhood Cancer International, simboliza uma campanha global para conscientizar sobre o câncer infantil e expressar apoio às crianças e adolescentes e suas famílias.

A doença é a principal causa de morte entre crianças e adolescentes entre 1 e 19 anos no Brasil, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Em



todo o mundo, segundo a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc, na sigla em inglês), estima-se que, todos os anos, 215.000 casos são diagnosticados em crianças menores de 15 anos, e cerca de 85.000 em adolescentes entre 15 e 19 anos. Os tumores mais frequentes na infância e na adolescência são as leucemias (que afetam os glóbulos brancos), os que atingem o sistema nervoso central e os linfomas (sistema linfático).

Sintomas

Os sintomas do câncer infantil muitas vezes são parecidos com os de doenças comuns entre as crianças. Por isso, consultas frequentes ao pediatra são fundamentais. São esses profissionais que podem identificar os primeiros sinais de câncer e encaminhar a criança para investigação diagnóstica e tratamento especializado.

Os sintomas que, caso persistam, precisam ser investigados por profissionais de saúde o mais breve possível. São eles: Palidez, hematomas ou sangramento, dor óssea; caroços ou inchaços, principalmente aqueles indolores e sem febre; perda de peso inexplicada, tosse persistente, sudorese noturna e falta de ar; alterações nos olhos, como estrabismo; inchaço abdominal; dores de cabeça persistentes ou graves, vômitos pela manhã com piora ao longo do dia; dor em membros e inchaço sem traumas.

Diagnóstico

De acordo com a coordenadora de oncologia e hematologia do Hospital da Criança José de Alencar de Brasília (DF), Isis Magalhães, o diagnóstico precoce já é importante quando se trata de um adulto, mas é crucial na luta contra a doença quando o paciente é uma criança. “A nossa principal ação médica é diagnosticar precocemente. Para isso, a gente depende do médico pediatra geral que vai estar com a criança regularmente. Também nós dependemos da conscientização desses médicos de entrar no diagnóstico diferencial. De investigar a possibilidade de câncer”, alerta.

Atendimento

Além de todos os recursos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) para o combate ao câncer infantil, o Ministério da Saúde ressalta que é preciso humanizar ao máximo o atendimento. “Os pais nunca estão preparados. Ninguém nunca encara bem essa sensação de possibilidade de perda. É uma coisa inconcebível”, lembra a oncologista Isis.

Cuidados

É importante que o paciente continue o acompanhamento na clínica de seguimento por um tempo maior, para reconhecimento precoce e cuidado apropriado das complicações tardias que possam surgir. A abordagem multidisciplinar destes pacientes é parte integrante do tratamento oncológico.